



>> A sombra (de)cresce

A Macroeconomia analisa a economia como um todo, procedendo à agregação de actividades semelhantes, conduzidas por diferentes agentes (famílias, empresas, estado e resto do mundo). Trata-se de uma perspectiva de olhar a economia que está interessada na sua evolução global; em particular, está tradicionalmente interessada no andamento do produto (usualmente medido pelo Produto Interno Bruto), do emprego e dos preços.

Em termos temporais, no curto prazo a preocupação da análise centra-se na conjuntura ou ciclos económicos, e o objectivo central é a atenuação das flutuações das variáveis acima referidas; ou seja, a Macroeconomia no curto prazo procura encontrar meios para que produto real e desemprego efectivos estejam o mais próximo possível dos valores naturais ou potenciais, e a taxa de inflação seja constante. No entanto, porque uma forte estabilidade conjuntural não garante um rápido e sustentável crescimento económico, no longo prazo a preocupação da Macroeconomia é com a estrutura ou crescimento económico. Neste caso, o objectivo é conseguir obter um crescimento do produto per capita capaz de proporcionar uma contínua melhoria do nível de vida.

Eis o ponto de partida para compreendermos a relação entre a "economia sombra" (ou não-registada) e a "análise tradicional do crescimento económico pela via da oferta".

Começemos por nos referirmos a esta. Baseia-se em modelos de equilíbrio geral no sentido em que, mesmo nas versões mais simples, contempla não apenas o sector produtivo (empresas), que desejam maximizar os lucros, mas também os indivíduos, que desejam maximizar a sua utilidade inter-temporal fortemente dependente do consumo realizado ao longo do tempo.

A maximização inter-temporal da utilidade por parte dos indivíduos está sujeita a decisões quanto ao tempo e quanto ao rendimento. Assim, quanto ao tempo, os indivíduos terão de decidir entre trabalhar, acumular competências e lazer. Mais tempo dedicado ao trabalho hoje, por exemplo, significa maior

rendimento presente, mas provavelmente menor rendimento futuro, já que assim é descorada actualmente a melhoria qualitativa do factor trabalho (componente formação). Relativamente ao rendimento, os indivíduos terão de decidir entre consumo presente e consumo futuro (poupança). Mais consumo presente significa mais utilidade actual. Mais poupança presente – em última análise materializada em títulos representativos do capital social das empresas – representa a possibilidade de obter maior consumo futuro e, assim, mais utilidade no futuro.

A maximização dos lucros por parte das empresas – detidas, recorde-se, pelos indivíduos, na sequência da poupança que efectuam – exige também tomada de decisões quanto aos factores produtivos a utilizar tendo em conta o respectivo preço. Resulta também claro que a nível macroeconómico o valor agregado da produção dessas empresas, em cada momento do tempo, corresponde ao produto e, portanto, aos recursos que estão parcialmente disponíveis para investimento, nomeadamente em capital físico, em investigação e em formação. Em suma, o uso do produto (recursos) actual permite a expansão quantitativa e qualitativa de factores produtivos e, assim, do produto futuro. Por conseguinte, quanto maior o produto actual e a percentagem de recursos afectos ao investimento, maior será o crescimento potencial da quantidade e da qualidade dos factores produtivos e, como tal, melhor será o nível de vida futuro.

Enquanto esta análise é feita e serve de suporte às práticas políticas a economia sombra continua a existir e a interferir, ora numa dinâmica complementar ora autónoma, inevitavelmente intervindo na dinâmica económica e no nosso quotidiano.

Englobe-se na denominada economia sombra a produção ilegal, a fiscalmente oculta, a informal e a para uso próprio. Naturalmente que quanto maior o peso da economia sombra numa sociedade, menor será o produto oficial e, portanto, menos recursos haverá para afectar à fonte de crescimento: o investimento. Em suma, creio que perante este cenário é possível afirmar que, a menos que os recursos da economia sombra sejam afectos a investimento – o que pode significar aumento das actividades ilegais ou branqueamento de capitais –, o que se afigura pouco provável, mais economia sombra significará menor crescimento, menor usufruto para a generalidade dos cidadãos!

Com cerca de 21% do produto legal em economia sombra podemos ignorar esta situação?